

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026

A Câmara Municipal de Sumaré, por meio da Divisão de Materiais, dispõe sobre Dispensa de Licitação, com critério de julgamento por menor preço, **conforme art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para aquisição de materiais complementares de áudio e vídeo para instalação permanente de estrutura de gravação e transmissão em sala interna da Câmara Municipal de Sumaré, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.**

As propostas podem ser enviadas até às 23h59 do dia 14/05/2026 no e-mail: compras3@camarasumare.sp.gov.br.

Sumaré, 11 de maio de 2026.

AGNALDO BAZANI

Gestor de Planejamento Estratégico de Governança e Procedimentos Operacionais

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES DE ÁUDIO E VÍDEO PARA INSTALAÇÃO PERMANENTE DE ESTRUTURA DE GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO NA SALA DE LICITAÇÕES

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021).

1. DO OBJETO

1.1. A presente Dispensa de Licitação Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, tem por finalidade a aquisição de materiais de informática, nos moldes do Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, para atender às demandas da Câmara Municipal de Sumaré.

1.1.1. A dispensa de licitação será realizada por 10 (DEZ) itens, conforme o Quadro I neste Termo de Referência, devendo o(s) licitante(s) oferecer uma proposta para cada item que o compõem.

1.1.2. Quadro I – Descrição e quantitativos:

Item	Cat.mat.	Descrição	Uni	Qtd	VR. UNIT	VR. TOTAL
1	625698	Computador multifuncional de vídeo com no mínimo 4 entradas SDI e 2 entradas HDMI, saída HDMI para multiview, tela touchscreen de no mínimo 3,5 polegadas, capacidade de corte e controle de câmeras PTZ compatível com protocolo VISCA, entrada de cabo de rede RJ45, transmissão via RTMP e NDI, gravação em 1080p via USB-A ou USB-C, com capacidade de gravação e transmissão simultâneas; inclui fonte de alimentação ou cabo compatível com a tensão local.	UN	1	5.551,80	5.551,80
2	610794	SSD externo portátil de primeira linha, com capacidade de 1 TB, interface USB 3.2 Gen 2, compatível com sistema de arquivos exFAT, resistente a quedas. Velocidade de leitura mínima de 1000 mb/s e gravação mínima de 1000 mb/s, garantindo gravação contínua de vídeo Full HD 1080p60 sem perda de quadros. Acompanha cabos USB-A e USB-C e oferece garantia mínima de 1 ano.	UN	1	2.419,43	2.419,43
3	615454	Câmera de vídeo Full HD (1080p) a 60 fps, Fixa, com saída HDMI ou SDI, adequada para transmissões, gravações de eventos e produções em geral. Compacta, resistente e de fácil integração a	UN	1	5.996,38	5.996,38



		sistemas de áudio e vídeo profissionais. Com suporte de parede incluso.				
4	613723	Cabo SDI de 20 metros, conector BNC macho em ambas as extremidades, compatível com sinais SD, HD e 3G-SDI (até 1080p60), blindagem dupla para redução de interferências, construção flexível e resistente, adequado para uso em transmissões profissionais de áudio e vídeo.	UN	1	705,95	705,95
5	613723	Cabo SDI de 10 metros, conector BNC macho em ambas as extremidades, compatível com sinais SD, HD e 3G-SDI (até 1080p60), blindagem dupla para redução de interferências, construção flexível e resistente, adequado para uso em transmissões profissionais de áudio e vídeo.	UN	1	446,95	446,95
6	444436	Cabo HDMI 2.0 de 20 metros, conectores tipo A macho em ambas as extremidades, compatível com resoluções até 4K@60Hz, largura de banda de 18 Gbps, suporte a HDR, ARC e 3D, blindagem para redução de interferências e construção flexível e resistente, indicado para uso em áudio e vídeo digital de alta definição.	UN	1	638,63	638,63
7	444436	Cabo HDMI 2.0 de 15 metros, conectores tipo A macho em ambas as extremidades, compatível com resoluções até 4K@60Hz, largura de banda de 18 Gbps, suporte a HDR, ARC e 3D, blindagem para redução de interferências e construção flexível e resistente, indicado para uso em áudio e vídeo digital de alta definição.	UN	2	474,67	949,34
8	464167	Cabo HDMI 2.0 de 10 metros, conectores tipo A macho em ambas as extremidades, compatível com resoluções até 4K@60Hz, largura de banda de 18 Gbps, suporte a HDR, ARC e 3D, blindagem para redução de interferências e construção flexível e resistente, indicado para uso em áudio e vídeo digital de alta definição.	UN	1	300,50	300,50
9	610955	Cabo de áudio TRS P10 (6,3 mm) para P2 TRS (3,5 mm), balanceado, comprimento mínimo de 2 metros, compatível com sinais de linha ou instrumentos para entrada de switcher.	UN	1	128,83	128,83
10	610955	Cabo de áudio XLR fêmea para P2 TRS macho, balanceado, comprimento mínimo de 2 metros, compatível com sinais de linha ou microfone para entrada de switcher.	UN	1	125,06	125,06
VALOR TOTAL MÉDIO ESTIMADO					R\$ 17.262,87	



- 1.2. Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Assim, não necessitam de uma avaliação minuciosa e podem ser comparados entre si, podendo a escolha ser feita com base apenas nos preços ofertados.
- 1.3. O objeto desta contratação **NÃO** se enquadra como sendo de bem de luxo.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (DOZE) meses contados do(a) da elaboração do presente termo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'B' DA LEI N. 14.133/2021).

- 2.1. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade administrativa de implantação de estrutura fixa, organizada e permanente para gravação, transmissão e suporte operacional das sessões realizadas na sala de licitações da Câmara Municipal de Sumaré, ambiente utilizado para procedimentos administrativos, reuniões institucionais, sessões públicas e demais atos que demandam registro audiovisual.
- 2.2. Atualmente, a operacionalização das gravações depende da montagem provisória de equipamentos a cada utilização, envolvendo instalação de computadores, conexão de cabos, energização de periféricos, ajustes de áudio e vídeo, testes operacionais e posterior desmontagem. Tal rotina demanda tempo considerável da equipe técnica, reduz a produtividade dos servidores envolvidos e pode ocasionar atrasos no início das atividades, além de aumentar o risco de falhas operacionais decorrentes de conexões improvisadas, desgaste prematuro de cabos e equipamentos e inconsistências na configuração dos sistemas.
- 2.3. A aquisição de rack fechado e apropriado para acondicionamento do switcher (comutador multifuncional), cabeamento estruturado, nobreak e demais dispositivos correlatos permitirá a instalação definitiva e segura da infraestrutura tecnológica, mantendo os equipamentos protegidos, organizados, identificados e permanentemente prontos para uso. Tal solução proporciona melhor gerenciamento dos ativos, maior vida útil dos equipamentos,



facilidade de manutenção preventiva e corretiva, além de contribuir para a segurança patrimonial e operacional.

2.4. Com a estrutura permanentemente instalada, será possível realizar, de forma imediata e eficiente, o controle de câmeras PTZ, alternância entre múltiplas fontes de vídeo, captação de áudio, gravação local e transmissão simultânea por plataformas digitais, sem necessidade de reconfigurações recorrentes. A medida assegura maior agilidade, padronização dos procedimentos, confiabilidade técnica e qualidade na produção audiovisual institucional.

2.5. Ressalta-se, ainda, que o equipamento switcher poderá ser utilizado, em caráter contingencial e temporário, como solução de backup para o sistema atualmente empregado no plenário, em casos de manutenção, falha técnica ou necessidade emergencial, garantindo a continuidade dos trabalhos legislativos e evitando interrupções em sessões, audiências públicas e eventos oficiais.

2.6. A contratação encontra amparo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que busca racionalizar rotinas operacionais, otimizar recursos humanos e materiais, reduzir riscos de indisponibilidade e aprimorar a infraestrutura tecnológica colocada à disposição da Administração.

2.7. Diante do exposto, verifica-se plenamente justificada a necessidade da contratação, tornando-se necessária a aquisição dos itens descritos no item correspondente deste Documento de Formalização da Demanda, a fim de atender adequadamente ao interesse público e às necessidades operacionais da Câmara Municipal de Sumaré.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos e acessórios destinados à implantação de estrutura fixa, funcional e permanente para captação, gravação, transmissão e gerenciamento audiovisual na sala de licitações da Câmara Municipal de Sumaré, compreendendo rack fechado para acomodação dos equipamentos, switcher multifuncional, cabeamento, acessórios de conexão e demais itens necessários ao pleno funcionamento do sistema.



- 3.2. A contratação deverá contemplar bens novos, de primeiro uso, em linha de fabricação normal do mercado, compatíveis entre si e adequados às necessidades operacionais da Administração, observando padrões mínimos de qualidade, desempenho, segurança elétrica e confiabilidade técnica.
- 3.3. Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução foi concebida para proporcionar durabilidade, facilidade de operação, baixa necessidade de intervenções corretivas, manutenção simplificada e possibilidade de futuras expansões ou atualizações tecnológicas, permitindo a inclusão de novos equipamentos, câmeras, monitores ou periféricos sem necessidade de substituição integral da estrutura instalada.
- 3.4. O rack fechado atuará como elemento central de organização e proteção física dos equipamentos, reduzindo exposição a poeira, impactos acidentais, desconexões indevidas e danos por manuseio inadequado, contribuindo diretamente para a preservação patrimonial e aumento da vida útil dos bens públicos adquiridos.
- 3.5. O switcher e os dispositivos complementares permitirão o gerenciamento integrado das gravações e transmissões, com alternância entre fontes de vídeo, controle de câmeras PTZ, gravação local e transmissão simultânea por plataformas digitais, assegurando eficiência operacional e padronização dos procedimentos técnicos.
- 3.6. Durante a fase de utilização, a solução proporcionará redução do tempo atualmente empregado na montagem e desmontagem de equipamentos a cada evento, minimizando custos indiretos relacionados à mão de obra operacional, retrabalho, interrupções e riscos de falhas técnicas.
- 3.7. Ao término da vida útil dos equipamentos, eventual substituição deverá observar critérios de vantajosidade, obsolescência tecnológica, possibilidade de reaproveitamento de componentes e descarte ambientalmente adequado, em conformidade com a legislação aplicável e boas práticas de sustentabilidade.
- 3.8. Dessa forma, a solução apresentada revela-se adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo ao interesse público e às necessidades permanentes da Câmara Municipal de Sumaré.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21).

- 4.1. A contratação deverá contemplar o fornecimento integral dos equipamentos, acessórios e materiais necessários à implantação da estrutura fixa de gravação e transmissão audiovisual para a sala de licitações da Câmara Municipal de Sumaré, em conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.
- 4.2. Todos os bens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de recondicionamento, remanufatura ou reutilização, acondicionados em embalagem original do fabricante e entregues em perfeitas condições de funcionamento.
- 4.3. Os equipamentos deverão ser compatíveis entre si, permitindo integração plena entre rack, switcher, câmeras, cabeamento, fontes de vídeo, dispositivos de áudio e demais periféricos eventualmente utilizados pela Administração.
- 4.4. Os produtos deverão possuir padrão de qualidade reconhecido no mercado, observando requisitos mínimos de desempenho, estabilidade operacional, segurança elétrica, ergonomia, durabilidade e confiabilidade técnica.
- 4.5. Sempre que aplicável, os equipamentos deverão atender às normas técnicas expedidas pela ABNT, ANATEL, INMETRO ou demais órgãos reguladores competentes, bem como às exigências legais relativas à fabricação, comercialização e uso no território nacional.
- 4.6. O fornecedor deverá assegurar garantia mínima contra defeitos de fabricação, contado do recebimento definitivo, nos prazos indicados nas especificações técnicas ou, na ausência destes, no prazo mínimo usual de mercado, sem ônus adicional para a Administração.
- 4.7. Durante o período de garantia, a contratada deverá promover, às suas expensas, a substituição, reparo ou correção de qualquer item que apresente defeito, vício de funcionamento ou incompatibilidade técnica, em prazo razoável definido pela Administração.
- 4.8. A entrega deverá ocorrer no endereço indicado pela Câmara Municipal de Sumaré, em dias úteis e horário comercial, mediante prévio agendamento com o setor responsável.
- 4.9. Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados, quando cabível, de manuais de operação, certificados de garantia, notas fiscais, termos de licenciamento de software embarcado e demais documentos técnicos pertinentes.



4.10. Caso previsto nas especificações do objeto, a contratada deverá realizar instalação básica, montagem, organização de cabeamento, energização inicial, testes de funcionamento e orientações operacionais aos servidores designados.

4.11. Não será admitido o fornecimento de itens divergentes das marcas, modelos ou características ofertadas sem prévia autorização formal da Administração e demonstração inequívoca de equivalência técnica ou superioridade funcional.

4.12. A contratada deverá observar integralmente as normas de segurança do trabalho, prevenção de acidentes e regras internas da Câmara Municipal de Sumaré durante eventual entrega, instalação ou suporte técnico nas dependências do órgão.

4.13. A solução contratada deverá priorizar equipamentos com maior vida útil, eficiência energética, facilidade de manutenção e disponibilidade de assistência técnica no território nacional, sempre que compatível com a competitividade e vantajosidade da contratação.

4.14. O recebimento do objeto ficará condicionado à verificação de conformidade quantitativa e qualitativa dos itens entregues, podendo a Administração rejeitar total ou parcialmente produtos em desacordo com este Termo de Referência.

4.15. A aquisição poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.16. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da aquisição do material.

4.17. A fiscalização ficará a cargo de servidores pertencentes aos quadros dos órgãos contratantes designados para esse fim, lotados nas unidades em que serão entregues os materiais.

4.18. Trata-se de aquisição de material pontual em que somente serão pagos o(s) fornecedor (es) que entregar (em) efetivamente e em conformidade com o solicitado.

4.19. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trintas) dias do recebimento da Nota Fiscal.

Subcontratação

4.21. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



Garantia da contratação

4.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (VINTE) dias, contados do (a) ordem de fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Bárbara Blumer, 41 – Jardim Alvorada, Sumaré – SP, das 08 às 17 h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. Os objetos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.



5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com atribuição de fiscal de contrato:

I – reportar ao gestor de contratos as ocorrências relativas à execução contratual que tiver conhecimento que podem prejudicar a execução dos serviços e obras ou a entrega de material;

II - recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e em lei que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, e encaminhá-los ao gestor de contratos;

III - manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;

IV - propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;

V - exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída pela Presidência.

Gestor do Contrato

6.8. Constituem atividades a serem exercidas pelo gestor de contratos:

I - acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual;



II - ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, bem como de seu cronograma físico-financeiro, bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;

III - fazer constar do processo administrativo correspondente as informações e os documentos necessários à formalização do contrato, inclusive quando o seu instrumento for substituído;

IV - executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente para, ao final, promover a publicidade desses atos;

V - expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços;

VI - encaminhar cópia do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização;

VII - verificar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação necessária à formalização do contrato, bem como mantê-la atualizada, nos termos da lei e do contrato;

VIII - verificar a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;

IX - manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;

X - manter o controle do prazo de vigência e da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso;

XI - dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante do serviço e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;

XII - verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato e em lei que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;



XIII - verificada a existência de qualquer infração contratual, constatada pelo gestor ou unidade gestora, ou apontada pelo fiscal, relatar os fatos e iniciar o procedimento de proposta de aplicação de penalidade, nos termos previstos no instrumento contratual, bem como informar, com a devida justificativa técnica, às autoridades responsáveis, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente;

XIV - apurar situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, ao tomar conhecimento dela por qualquer meio, independentemente de ação judicial, e adotar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as providências previstas em lei e no contrato;

XV - executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, instruindo processo documental, onde deverão ser encartadas as certidões comprobatórias da referida regularidade, atualizando-as sempre que necessário;

XVI - emitir declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratados;

XVII - repassar as informações sobre vigência e necessidade de prorrogação do ajuste para a área responsável pelo Plano de Contratações Anual;

XVIII - verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, atestando a respectiva nota fiscal ou fatura;

XIX - consultar a unidade demandante dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;

XX - exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída pela Presidência.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo



acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento

7.8. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota fiscal, e dos documentos necessários para liquidação da despesa, condicionado ainda ao recebimento definitivo do objeto.



7.9. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Leis nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.2. Para todos os itens a participação **SERÁ EXCLUSIVA** a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), devido ao valor ser superior ao que rege a referida lei.

8.3. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



8.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

Forma de fornecimento

8.5. O fornecimento do objeto será de forma única, conforme solicitação da Câmara Municipal de Sumaré.

Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.7. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente,



no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.14. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.15. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#)

8.16. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



8.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual e/ ou Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.23. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual e/ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.26. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.27. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 17.262,87 (dezesete mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e sete centavos), conforme estudo realizado pelos Setor Compras (anexo ao processo A.D 494/2025).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, conforme segue anexo Processo DFD - 006/2025.

10.2. Nota de Reserva: Ficha 26: 01.01.01.031.0005.2.009.449052.01.1100000 e



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

Ficha 10: 01.01.01.031.0005.2.009.339030.01.1100000 da Câmara Municipal de Sumaré.

Sumaré, 24 de abril de 2026.

DR. AGNALDO BAZANI

GESTOR DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE
GOVERNANÇA E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS